

Experiência associativa no Império:

sociedades mutuais de trabalhadores livres na cidade do Rio de Janeiro
(segunda metade do século XIX)

*David P. Lacerda**

Resumo:

Esta comunicação examina a experiência associativa entre os trabalhadores livres, a partir da análise das sociedades de auxílio mútuo estabelecidas na cidade do Rio de Janeiro, ao longo da segunda metade do século XIX. Privilegia as associações que se organizavam por categorias profissionais, tais como, sapateiros, alfaiates, ourives, gráficos, cocheiros, marceneiros e carpinteiros, barbeiros e cabeleireiros; e por ofícios vários, a saber, artistas mecânicos e liberais, artífices da construção naval, liga operária, entre outras, observando mais detidamente o modo como se constrói os laços verticais e horizontais de solidariedade. Para além dos substanciais avanços da história do trabalho na abordagem do fenômeno associativo no Brasil, que tem chamado a atenção para as manifestações culturais dos trabalhadores, pretende-se apresentar as possibilidades de investigação oferecidas pelo conjunto de fontes que serão utilizadas na pesquisa, que está sendo desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UNICAMP.

Palavras - chave: sociedades, trabalhadores livres, mutualismo, Rio de Janeiro, Império.

Abstract:

This communication examines the associative experience among free workers, the mutual benefit societies analyzing created in the Rio de Janeiro City during the second half 19th century. It focus the associations of trade like: shoe-makers, tailors, jewelers, graphics, coachmen, cabinet markers and carpenters, barbers and hairdressers; and by several trades: mechanic and liberal artisans, artists of naval edification, worker league, among others, seeing how they construct the verticals and horizontals solidarities links. Beyond advances of the labor history at the study of the associative phenomenon in Brazil, calling attention for cultural manifestations of workers, we purpose to present the possibilities of investigation offer by sources that will use on the research that has been developed by UNICAMP Program Post-Graduation in History.

Keywords: societies, free workers, mutualism, Rio de Janeiro, Empire.

* Mestrando em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). O texto da comunicação é uma síntese da pesquisa: “*Na encruzilhada das solidariedades: a experiência mutualista entre os trabalhadores livres na Corte (1860-1882)*”, orientada pelo Prof. Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha e financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A pesquisa está vinculada ao projeto temático: “*Trabalhadores no Brasil: identidades, direitos e política (séculos XVII a XX)*”, coordenado pela Prof^a. Dr^a. Silvia Hunold Lara, cujas atividades são desenvolvidas no âmbito do CECULT – Centro de Pesquisa em História Social da Cultura (IFCH/UNICAMP).

No Arquivo Nacional (RJ), Fundo Conselho de Estado – Seção do Império encontramos 485 registros de “sociedades” existentes na cidade do Rio de Janeiro, fundadas ou que tiveram seus estatutos modificados no período entre 1860 e 1889. Esse universo documental evidencia a manifestação de uma cultura associativa bastante complexa e diversificada, haja vista que encontramos compromissos de irmandades, sociedades religiosas, clubes literários, grêmios recreativos, sociedades científicas, entidades filantrópicas, montepios, seguradoras e companhias de emancipação¹. Entre estas, as sociedades mutualistas, se comparadas com as demais, destacam-se em número e pelas variadas formas de organização, evidenciando arranjos por categorias profissionais - ofício e classe -, etnia - imigrantes e libertos -, região, datas comemorativas, bem como se constituíam em torno dos interesses de empresários, comerciantes e industriais².

De um modo geral, as associações mutuais são vistas como estratégias de sobrevivência implementadas por vários setores da sociedade num contexto de ausência de políticas sociais e mecanismos de previdência públicos. Possuíam arranjos administrativos formados por assembléias onde se elegiam presidentes, secretários, tesoureiros; nomeavam-se sócios fundadores, beneméritos e remidos, além dos sócios comuns. Ofereciam entre outros serviços, auxílio funeral, pensões para a família do sócio enfermo, indenizações, custeio de remédios, atendimento hospitalar e prestação de demais ajudas humanitárias. Funcionavam, ainda, como espaços de lazer na promoção de festas, muitas vezes em comemoração à data de fundação da sociedade ou para prestar homenagem ao santo protetor do ofício, além de, dessa maneira, estabelecer relação com o poder público e a sociedade em geral. Nas palavras de Mike Savage, as mutuais, assim como outras formas associativas, podem ser entendidas como respostas a uma *insegurança estrutural*, vivenciada mais intensamente pelos trabalhadores (SAVAGE, 2004: 33-34).

Para citar um exemplo, em 18 de julho de 1876, a Sociedade Auxiliadora dos Artistas Alfaiates, sediada na Corte, encaminhou um pedido de consulta ao Conselho de Estado, solicitando aprovação de seus estatutos. Logo no capítulo I, observa-se que a principal finalidade da associação era oferecer pensões para herdeiros dos associados, sanar suas enfermidades e civilizar aqueles que exerciam a “arte de alfaiate”. Em seguida, apareciam as disposições em relação à admissão de sócios, suas obrigações, direitos e benefícios. Contava ainda, com uma estrutura protocolar formada por

¹ Exemplos: Arquivo Nacional, Conselho de Estado (Doravante: AN, CE): Compromisso de Irmandade dos Mártires Santos Crispim e Crispiano (1866); Associação Católica Fluminense (1873); Grêmio Literário Português (1861); Club Tauromáquico (1877); Sociedade de Ciências Médicas (1866); Imperial Associação Filantrópica Fluminense (1880); Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado (1873); Companhia de Serviço Mútuo contra fogo (1877); Companhia Garantia de Emancipação (1877). As datas que acompanham cada entidade listada provavelmente correspondem ao ano em que as mesmas foram criadas.

² AN, CE: Sociedade Beneficente União Familiar Perfeita Amizade (1873); União Beneficente Protetora dos Cocheiros (1882); Liga Operária (1872); Sociedade Francesa de Socorros Mútuos (1862); Associação Beneficente Socorro Mútuo dos Homens de Cor (1874); Sociedade Beneficente Maranhense (1875); Sociedade Comemorativa da Independência do Império (1874); Sociedade Industrial de Beneficência (1865); Sociedade Beneficente Comércio (1873); Sociedade União dos Fabricantes de Bebidas Alcoólicas (1889).

assembléia geral, conselho administrativo, tesoureiro e secretário. O Conselho de Estado, após recomendar uma série de alterações de natureza legal, autorizou o funcionamento da sociedade dos alfaiates somente em 21 de dezembro daquele ano, recomendando que as alterações sugeridas fossem devidamente cumpridas³.

O objetivo desta comunicação é apresentar uma proposta de pesquisa que tem como objeto específico as sociedades mutuais de trabalhadores livres estabelecidas na cidade do Rio de Janeiro, entre 1860 e 1882, aprofundando assim, o entendimento do fenômeno associativo na segunda metade do século XIX.

Neste sentido, é importante observar que no ano de 1860 promulga-se a lei 1.083, posteriormente modificada pelos decretos 2.686 e 2.711, cujas disposições normativas evidenciam a tentativa do Governo imperial, via Conselho de Estado, em estabelecer procedimentos através dos quais seriam organizadas quaisquer associações no Império. Após solicitar a autorização junto ao chefe de polícia local para realizar as reuniões, os interessados em criar as associações deveriam promover os encontros necessários para confeccionar os estatutos e fundar sociedades, grêmios, clubes ou irmandades.

Posteriormente, as atas das sessões fundadoras e os estatutos deveriam ser enviados à Seção dos Negócios do Império do Conselho de Estado, a fim de serem submetidas à avaliação em processo que orientava a criação e o funcionamento das chamadas “sociedades”, inclusive as que foram criadas anteriormente ao estatuto da lei. Entretanto, o procedimento burocrático iniciado em 1860 teve fim com a promulgação da lei 3.150 de novembro de 1882, o que justifica a escolha desta data como baliza final para a pesquisa⁴.

O mutualismo como objeto historiográfico

Há uma extensa bibliografia no campo das ciências sociais que trata das formas de organização do trabalho e dos trabalhadores no Brasil, sobretudo no período da primeira República. Em linhas gerais, tal bibliografia (RODRIGUES, 1968; VIANNA, 1978) concebe o mutualismo como se fosse a manifestação “precoce”, “prematura” e “embrionária” da cultura da classe trabalhadora, que antecedia ao moderno movimento operário e sindical do período republicano, com seus partidos, comícios e imprensa.

A partir dos anos 1990, o mutualismo começou a se tornar um tema importante na reflexão sobre a história dos trabalhadores e do movimento operário. O trabalho de Tânia Regina De Luca, **O**

³ AN, CE: Caixa 554, Pacote 1, Envelope 3, Documento 11.

⁴ Esses procedimentos produziram conjuntos documentais formados por pedidos de consulta, atas, estatutos e pareceres dos Conselheiros de Estado indicando aprovação, reforma ou indeferimento. Referimo-nos a eles sob a rubrica de “registro”. As leis e decretos aqui citados encontram-se nas referências bibliográficas. Cf. Coleção de Leis do Império do Brasil, versão digitalizada: www.camara.gov.br.

Sonho do Futuro Assegurado (1990), representa, nesse sentido, importante contribuição ao destacar que as formas associativas mutual e sindical “são fenômenos contemporâneos e não excludentes”, que conviveram lado a lado entre fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX, nas cidades de Santos e São Paulo.

O artigo de Claudio Batalha (1999) sobre as sociedades de trabalhadores no Rio Janeiro do século XIX aprofunda, de certa maneira, tal perspectiva, ao ressaltar a necessidade de se entender a formação da classe operária a partir de uma questão central: problematizar as continuidades e descontinuidades das formas de organização operária. Entre outros argumentos, Batalha enfatiza que no âmbito das práticas sociais e culturais, o assistencialismo mutual e as ações de resistência dos sindicatos se confundiram ao longo da segunda metade do século XIX.

O volume 6 do **Cadernos AEL** (1999) dedicado ao estudo das Sociedades operárias e mutualismo é referência fundamental para o tema. Destaca-se, além da diversidade regional, a sólida reflexão teórica e empírica ao discutir as funções mutualistas como mecanismos formadores de identidade na Espanha; a relação entre a escravidão e a organização coletiva dos trabalhadores tipógrafos; as sociedades dos caixeiros e sua importância no protesto de “fechamento das portas”; a atuação e o perfil dos sócios da Sociedade União Operária do Rio Grande; e, por fim, o mutualismo entendido como estratégia de “solidariedade e assistência” entre os operários de Porto Alegre.

Adhermar Lourenço da Silva Jr. (2004), por sua vez, elenca uma vasta bibliografia a partir da qual pretende mostrar o panorama geral dos estudos sobre o mutualismo no Brasil e em países como Argentina, Estados Unidos, Espanha, França, Itália, principalmente, embora tenha como objeto de investigação o Rio Grande do Sul, da segunda metade do século XIX até os anos 1940. Propõe um modelo analítico que diferencie os “elementos” e os “níveis” individuais e coletivos da ação social, a partir do qual as sociedades de socorros mútuos são entendidas como formas de implementação de estratégias privadas, que, em determinadas condições sociais, políticas e econômicas favorecem a implementação de estratégias públicas na luta contra o descenso social.

Em artigo recente, Cláudia Viscardi e Ronaldo Pereira de Jesus analisaram o papel da experiência mutualista na formação da classe trabalhadora brasileira, ressaltando seu impacto no “(...) fortalecimento de uma cultura cívica entre os trabalhadores, indispensável ao processo de construção da cidadania no Brasil” (2007: 22). Para Minas Gerais, Viscardi (2004: 99-113) chama a atenção para a importância de se observar as estratégias de filantropia, lazer, sociabilidade e de relação com as elites locais e os sindicatos, que permearam o universo das práticas sociais da experiência mutualista na cidade de Juiz de Fora, entre fins do oitocentos e as primeiras décadas do século XX.

As associações mutualistas e recreativas em Campinas, na Primeira República, têm sido objeto das reflexões de Paula Nomelini (2007), que chama a atenção para o processo de formação da identidade operária, destacando, sobretudo, seu caráter plural e dinâmico, a partir do qual os

trabalhadores campineiros, de origem étnica e/ou de ofício diversa, revelavam diferentes maneiras de lidar com as carências vividas, seja através da participação em atos de protesto ou na criação dos seus próprios espaços de aglutinação.

Marcelo Badaró Mattos (2004), tem se dedicado atualmente a refletir sobre o movimento coletivo urbano dos trabalhadores livres e escravizados metade do século XIX. Suas atenções voltam-se, especificamente, para as estratégias de liberdade, as experiências de associação e as reivindicações em torno do trabalho livre e assalariado. Percebe-se a tentativa do autor de aproximar as “experiências comuns” de livres, escravos e libertos, redimensionando o papel de suas organizações no mundo do trabalho na cidade do Rio de Janeiro. Seguindo o raciocínio de Mattos, Rafael Maul chama a atenção para a necessidade de se estudar as associações de ofício, de classe e étnicas no período anterior a 1888, procurando nesta diversidade de experiências organizativas elementos que permitam entender o processo mais amplo de formação da classe trabalhadora carioca (MAUL, 2006).

Em busca das peculiaridades do mutualismo: algumas reflexões.

O diálogo com a historiografia e a leitura prévia de parte do material coligido permite-nos afirmar que cada sociedade criada por sapateiros, alfaiates, carpinteiros, gráficos, cocheiros, ourives, caixeiros, entre outros, estruturava-se conforme objetivos e interesses específicos, que revelam as maneiras pelas quais tais sujeitos entendiam a si próprios e a sociedade na qual estavam inseridos, produzindo e reproduzindo os significados oriundos das transformações que foram vivenciadas pela cidade do Rio de Janeiro ao longo do século XIX. A crise do sistema de clientela e patronagem, (VIOTTI, 2007: 363-365), os avanços do capitalismo, do movimento abolicionista e as variações das condições de vida e mobilização do operariado e da sociedade em geral (LOBO, 1985: 51), somados ao esforço do governo imperial em construir um “modelo” e uma “imagem” para o Brasil (CARVALHO, 2003: 355-390; MARTINS, 2005), bem como o desenvolvimento de sólidas instituições políticas e de uma população “morigerada”, em progresso material (CARVALHO, 2003: 374-375), marcaram o quadro geral do processo histórico de crise da monarquia escravista.

Nos registros de sociedades foi possível perceber que os trabalhadores que se organizavam e o Conselho de Estado recorriam constantemente à legislação imperial destinada a organizar e controlar as atividades de qualquer tipo de sociedade criada a partir de 1860. Tal relação sugeriu, em princípio, a existência de um diálogo que conformava a construção de laços verticais e horizontais de relação social. Em outras palavras, ambas as partes dialogavam de acordo com seus interesses próprios, justificando suas atitudes através da legislação; além de ser um mecanismo de controle do governo imperial, funcionava como canal de comunicação, por meio do qual ambas as partes travavam conflitos, apropriando e atribuindo sentido à organização da sociedade em geral. Nesse sentido, tornou-se importante questionar e observar o papel que o Estado exercia na relação com as mutuais,

pois, como afirma Claudio Batalha, elas eram as únicas formas legais de associação entre os trabalhadores, após a constituição de 1824 (BATALHA, 1999: 53).

Além disso, a maioria das mutuais de trabalhadores procurava estabelecer em seus estatutos a importância do ofício exercido pelos seus componentes, valorizando a atividade manual de determinada categoria, muitas vezes no sentido de se opor aos elementos negativos estabelecidos em torno do trabalho, devido à exploração compulsória da mão-de-obra cativa. Não se pode esquecer ainda, da crescente oferta de mão-de-obra livre que caracterizava o mercado de trabalho a partir da segunda metade do século XIX e, com isso, o aumento da incerteza entre os trabalhadores, na medida em que diminuía as oportunidades oferecidas, precarizando as condições materiais de vida. Tornar-se membro de uma associação de ajuda mútua, no contexto de crise da sociedade monárquica escravista, significava estabelecer elos de solidariedade vertical e horizontal em torno da proteção social, como forma de resistência à *insegurança estrutural*, de acordo com o raciocínio de Mike Savage.

Tais pressupostos, no entanto, evidenciam a necessidade de se aprofundar e ampliar a visão do estudo das formas de organização dos trabalhadores em associações mutuais e da vida associativa em geral (BATALHA, 1997). Em primeiro lugar, o mutualismo deve ser entendido como a manifestação da cultura dos trabalhadores, sem que isso signifique algo exclusivo da classe. Olhar para a *cultura* é identificar uma arena de conflitos permanentes, de trocas materiais, de relações de dominação, de tradições herdadas e compartilhadas (THOMPSON, 1998: 18-19), que permeia e confere sentido às relações estabelecidas no espaço associativo das mutuais. Significa, ainda, visualizar um sistema social amplo de significados e práticas humanas ativas, que vivencia, redefine e transforma uma determinada ordem social (WILLIAMS, 2000: 206-209). De tal modo, as sociedades de auxílio mútuo deixam de ser definidas apenas pela aparência que lhe oferece o assistencialismo. Porém, não basta apenas considerar a cultura como um campo de lutas e de trocas no interior de um sistema de significados, sem dialogar com o sentido atribuído por E. P. Thompson ao termo *experiência*. Assim sendo, as sociedades não devem ser vistas apenas como produtos do capitalismo industrial ou do fim da escravidão, mas como resultado das experiências cotidianas dos trabalhadores no contexto de crise econômica e política do regime monárquico. Dito de outra forma, as iniciativas de associação dos trabalhadores seriam “(...) a resposta mental e emocional (...) a muitos acontecimentos inter-relacionados” (THOMPSON, 1981: 15); ao mesmo tempo em que a materialização dessas iniciativas em formas institucionais e culturais surgem “(...) em resposta a certas experiências comuns” (THOMPSON, 2002: 316).

Resgatar a experiência significa, em grande medida, investigar com acuidade o modo pelo qual as relações verticais e horizontais conformam a cultura associativa. Ou seja, examinar as evidências empíricas das formas de implementação de cargos, bem como o “tipo” de sócio apto a exercê-lo; os procedimentos formais de decisão através de assembléias; os litígios entre os sócios e

entre estes e o governo imperial, por meio da legislação que controlava as atividades daqueles; os significados em torno da proteção do imperador, bem como as expectativas direcionadas a tal atitude; às relações de ajuda mútua, como por exemplo, o auxílio à família do sócio falecido, enfermo e/ou inabilitado para o trabalho; os valores em torno dos critérios de admissão como, por exemplo, “ser livre”, “bem morigerado” e exercer um determinado ofício, cujo cumprimento era de fundamental importância para que o interessado fosse admitido ao “código social” da sociedade em questão; e, por fim, analisar como os direitos sociais (no caso de beneficências como auxílio funeral e pensões) e políticos (o voto e o exercício de cargos administrativos, por exemplo) são definidos e a qual “tipo” de sócio se dirige.

Referências Bibliográficas:

- Batalha, Cláudio H. M. “Sociedades de Trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária”, *Cadernos AEL: Sociedades operárias e mutualismo*. Campinas: UNICAMP/IFCH, v. 6, n. 10/11, 1999, 41-69.
- _____. *Vida associativa: por uma nova abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário*. Anos 90, Porto Alegre, n. 8, dezembro de 1997, pp. 91-99.
- Cadernos AEL: Sociedades operárias e mutualismo*. Campinas: UNICAMP/IFCH, v. 6, n. 10/11, 1999.
- Carvalho, José Murilo de. “O Conselho de Estado: a cabeça do governo”, in *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial*, 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 355-390.
- Costa, Emília Viotti da. *Da Monarquia a República: momentos decisivos*, 8ª Ed. São Paulo: Editora Fundação Unesp, 2007, pp. 363-365.
- Lobo, Eulália Maria Lahmeyer e Stotz, Eduardo Navarro. “Formação do Movimento Operário no Rio de Janeiro, 1870-1894”, *Estudos Econômicos*, São Paulo, 15 (Nº especial): 49-88, 1985.
- Martins, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/Programa de Pós-Graduação em História social, 2005.
- Mattos, Marcelo Badaró. *Experiências comuns. Escravizados e livres na formação da classe trabalhadora carioca*. Niterói. Tese apresentada ao concurso para professor titular de História do Brasil da UFF, 2004. Mimeo, 195 p.
- Maul, Rafael. “Os trabalhadores e suas organizações no Rio de Janeiro (1850-1889)”, in Mattos, Marcelo Badaró (org.). *Trabalhadores em greve, polícia em guarda*.
- Nomelini, Paula Christina Bin. *Associações operárias mutualistas e recreativas em Campinas (1906-1931)*. Dissertação de mestrado, Campinas: IFCH/UNICAMP, 2007.

- Rodrigues, José Albertino. *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.
- Savage, Mike. “Classe e História do Trabalho”, in Claudio H. M. Batalha, Fernando Teixeira da Silva e Alexandre Fortes (orgs.), *Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP/CECULT, 2004, pp. 33-34.
- Silva Jr., Adhemar Lourenço da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul – Brasil, 1854-1940)*. Tese de Doutorado, Porto Alegre: PUC-RS, 2004.
- Thompson, E. P. *A formação da classe operária inglesa*, vol. 2 – A maldição de Adão, 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- _____. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 18-19.
- _____. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 15.
- Vianna, Luiz Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- Viscardi, Cláudia Maria Ribeiro e Jesus, Ronaldo Pereira de. “A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil”, in Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis Filho (orgs.), *As esquerdas no Brasil*, vol. 1, A formação das tradições. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 22.
- Viscardi, Cláudia Maria Ribeiro. “Mutualismo e Filantropia”. *Locus - Revista de História*, Juiz de Fora: EdUFJF, vol. 18, 2004, pp. 99-113.
- Williams, Raymond. *Cultura*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.